

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO  
INTERDISCIPLINAR DE  
ESTUDO E PESQUISA  
DO IMAGINÁRIO  
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ISSN 1519-6674  
ANO XIX  
VOLUME 31  
(JUL-DEZ)  
2019  
P. 263-275.

## DO INTELLECTUAL MODERNO AO INTELLECTUAL MEDIEVAL: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

João Paulo dos Santos Neto<sup>i</sup>

Mestrando em História na  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

### RESUMO

Este é um breve estudo sobre a transposição da noção moderna de intelectual para a Baixa Idade Média. Inicialmente, analiso as principais definições elaboradas nas ciências sociais para caracterizar esse grupo social na modernidade, em busca de consenso entre caracterizações teóricas aparentemente irreconciliáveis. Chegada a uma conclusão, demonstro como os mesmos padrões de definição reaparecem em estudos sobre o intelectual na Idade Média, e, diante disso, proponho outro significado à noção para que se possa estudá-lo a despeito dos valores morais comumente relacionados ao termo.

**Palavras-chave:** intellectualis; mundo medieval; Idade moderna.

### FROM MODERN INTELLECTUAL TO MEDIEVAL INTELLECTUAL: A POSSIBLE APPROACH

### ABSTRACT

This is a study about the transposition of the modern notion of intellectual to the High Middle Age. In the first place, I analyze the main definitions elaborated in the social sciences to characterize the social group in modernity, in search of consensus among as more diverse characterizations. Arriving at a conclusion, I demonstrate how the same standard of reference is in studies about the intellectual in the Middle Ages, and thus I propose, another meaning to “intellectual” for who can keep a study despite the values most commonly related to the term.

**Keywords:** intellectualis; medieval world; Modern age.

## Introdução

É comum na historiografia científica que se refira aos mestres citadinos da Baixa Idade Média como “intelectuais”. Não entrarei no mérito de discutir se esta é ou não a palavra mais adequada para se referir a esses grupos sociais, porquanto a bibliografia sobre isso já é bem farta em língua portuguesa<sup>ii</sup>. Apenas refletirei sobre a transposição dessa palavra do mundo moderno ao medieval, e assim proporei outro significado a essa noção, que não a do intelectual humanista – muito comum nos textos sobre o tema.

Considerarei, assim, a palavra “intelectual” como adequada para designá-los, a despeito de toda a sorte de críticas que recebera<sup>iii</sup>. Sublinhemos apenas que o designamos dessa maneira, pelo substantivo “intelectual”, por encontrarmos nele semelhanças com o intelectual moderno, uma vez que os homens nascidos entre 1000 e 1400 não compreenderiam o significado da palavra *intellectualis* na condição de um substantivo que nomeia um grupo social<sup>iv</sup>. Ao designá-los dessa forma estamos, pois, projetando uma categoria sociológica do presente para o passado, o que poderia muito bem ser acusado de anacronismo se acaso desconsiderássemos as variações culturais existentes.

O intelectual medieval difere-se do moderno – caso contrário, a adjetivação seria desnecessária –, mas não tanto a ponto de se tornarem coisas extremamente diferentes, pois, se assim o fosse, não os compreenderíamos pela

mesma palavra, “intelectual”. Subentende-se, então, que essa noção deva reservar uma essência comum a esses grupos de diferentes épocas, ainda que suas funções sociais e as operações de construção de sentido próprias do seu universo cultural possam ser substancialmente diferentes. Assim sendo, pelas razões que então apresentei, dedicarei as próximas páginas a um pequeno estudo sobre a noção de intelectual, medieval e moderno.

## 1. Historicidade e os primeiros critérios de definição

O moderno termo “intelectual”, que designa não uma qualidade, mas uma classe de pessoas, aparece muito tarde, na França de finais do século XIX, com o *Manifeste des intellectuels* (...) <sup>v</sup>

264

A noção moderna do termo intelectual tem o seu lugar de nascimento em meio às repercussões do Caso Dreyfus na França de 1898, quando, na esteira do *J'Accuse!* (1898), de Émile Zola (1840-1902), um grande número de pessoas ligadas ao universo acadêmico assinara o *Manifesto dos Intelectuais* (1898) – documento que exigia a revisão do julgamento de Alfred Dreyfus (1859-1935). Doravante, “a palavra ‘intelectual’ deixou de ser apenas um adjetivo e passou a se popularizar também como substantivo”<sup>vi</sup>, utilizado para designar especificamente esse grupo de dissidentes engajado na causa *dreyfusard*<sup>vii</sup>.

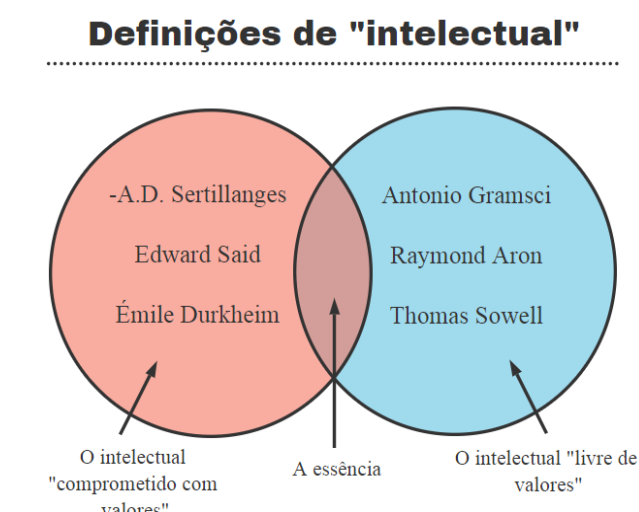
Essa associação do intelectual à dissidência permaneceu em definições posteriores. Encontramo-la na prescrição de

intelectual de Edward Said (1935-2003) em *Representações do Intelectual* (2005[1994]), e de Émile Durkheim (1858-1917) em *Individualismo e Intelectuais* (2017[1898]), em que ambos determinam que um intelectual defenda um conjunto de princípios humanísticos. O interessante a notarmos é que desse posicionamento, comum aos dois autores, resulta a reserva do termo a um tipo específico de intelectual ético, isto é, associado a determinados valores morais. Reserva esta que não encontramos em outras definições como a de Antonio Gramsci (1891-1937) em *Os Intelectuais* (1999 [1929/1935]) ou a de Thomas Sowell (1930-) em *Os Intelectuais e a Sociedade* (2011[2009]), em que a designação do intelectual não se restringe ao comportamento social do indivíduo em relação a um conjunto de preceitos morais, e, sim, ao seu pertencimento a categorias ocupacionais ou sociais independentes de qualquer valor qualitativo. Se expandirmos o nosso inventário de definições, poderemos, do mesmo modo, dividir e dispor quaisquer (ou a maioria das) significações nessas metades: ou o intelectual aparece como uma espécie de bastião de um conjunto de valores, ou o seu engajamento para com o social não influi no seu pertencimento a essa categoria ocupacional.

Os pares apresentados e organizados dessa forma nos possibilitam observar o todo das definições recolhidas, analisando-as comparativamente através deste esquema dual de definições. Ganhamos, ao partir dessa opção metodológica, a possibilidade de chegar a algo

próximo de um consenso intra e intergrupar (ver FIGURA 1), nos aproximando, assim, do âmago do significado de um termo que foi objeto de reflexão de vários autores que reservam poucas semelhanças intelectuais entre si (p. ex. Gramsci e Sowell ou Said e Sertillanges). Em suma, teremos como linha divisória primeira as definições que estudam o intelectual a partir de seu compromisso ou de sua isenção a uma ética comportamental.

**Figura 1:** Os dois grupos de definição de intelectual.



Fonte: Elaborada pelo autor.

No primeiro grupo, encontram-se aqueles que chamaremos de defensores do modelo “intelectual-bastião”: Émile Durkheim, Edward Said e Pe. A.-D. Sertillanges (1863-1948). Escolhi-os como seus representantes pois busquei, além dos critérios já mencionados, aqueles que conceberam o intelectual em diferentes campos de inteligibilidade, e também

pela riqueza e/ou cientificidade do seu argumento. Ademais, esses autores são reconhecidos como especialistas notórios no meio acadêmico, talvez nem tanto por suas definições do intelectual, mas, mesmo nesse campo, seus nomes ressoam como autoridades em análises dessa natureza – em *The Intellectuals*, de Steve Fuller<sup>viii</sup>, desenvolvem-se proposições através de Edward Said e Raymond Aron; em *O intelectual brasileiro*, de J. Teixeira Coelho Neto<sup>ix</sup>, o uso das ideias de Gramsci é recorrente; e na diatribe *O mínimo que você precisa saber...*, de Olavo de Carvalho<sup>x</sup>, a obra de Sertillanges aparece como o guia perfeito para a autoeducação. Há também outro fator a se levar em conta, que é o da temporalidade. Com exceção de Durkheim e Gramsci, todos os autores selecionados escreveram sobre o intelectual do século passado. Ora, se a nossa intenção é apreender o significado de intelectual tal como o concebemos hoje, não podemos nos afastar tanto dos dias atuais. Imaginemos, por exemplo, se acrescentássemos estudos sobre os intelectuais no século XVIII e XIX, em que se analisariam autores como J. J. Rousseau (1712-1778) e Karl Marx (1818-1883), homens que influenciaram, respectivamente, as lideranças políticas da Revolução Francesa e da Revolução Russa, é razoável pensar que, nessas circunstâncias, estaríamos lidando com um grupo social bem diferente do que conhecemos hoje, e o estudo acabaria tomando um rumo que não aquele que aqui propomos.

Esclarecidos, assim, os critérios que permearam essa decisão, eis a síntese das ideias mestras dos autores selecionados para compor o primeiro grupo.

## 2. O modelo teórico “intelectual bastião”

Em *O Individualismo e os Intelectuais*<sup>xi</sup>, de Émile Durkheim, como denota o próprio título, o intelectual é caracterizado por uma estrita ligação com os valores do espiritualismo francês denominado de individualismo – um movimento filosófico que articula ideias sensíveis tanto aos direitos da coletividade quanto aos do indivíduo, comungando não à glorificação do eu, mas do indivíduo em geral. Ambos, o individualismo e os intelectuais, coexistem em uma relação recíproca: não há intelectual sem individualismo, mas também não há individualismo sem intelectuais, pois o caráter religioso que lhe é imanente não se sustenta por si: “(...) uma sociedade só pode ser coerente quando existe entre seus membros certa comunidade intelectual e moral”<sup>xii</sup>. O intelectual, pois, é sobretudo aquele que segue essa forma particular de religião da humanidade alicerçada no culto do homem.

Já em *Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993*, de E. Said, consta que o intelectual, para fazer jus<sup>xiii</sup> a essa denominação, deve seguir uma série de preceitos ditados pelo autor no decorrer dos capítulos, como: derrubar os estereótipos que limitam o pensamento humano<sup>xiv</sup>, representar o sofrimento

coletivo do seu próprio povo de forma explícita e universal<sup>xv</sup>, defender os princípios básicos da justiça humana para todos<sup>xvi</sup> e outros. O intelectual deve representar um conjunto de princípios morais visando induzir mudança no clima social (paz, reconciliação, diminuição do sofrimento etc.), assumindo a postura de protetor dos fracos e oprimidos.

Enquanto que em *A vida intelectual: seu espírito, suas condições, seus métodos* (1944), de A.-D. Sertillanges, isso está bem explícito pois o intelectual que aqui (e a quem) se fala é um tipo específico: seus conselhos e ensinamentos destinam-se ao intelectual católico, que, por sê-lo, está ligado a um conjunto de preceitos próprios do catolicismo. Destarte, o intelectual deve abdicar de sua vida profana em virtude da busca da Verdade, vivendo uma vida de privações e profunda aplicação aos estudos, além de que, sendo um “membro” do corpo espiritual de Cristo, não pode abster-se de suas obrigações como tal<sup>xvii</sup>:

“(…) uma coisa é a manutenção tranquila do que se adquiriu, outra coisa a retomada desde a base de uma instrução sabidamente provisória apenas, que se considera unicamente um ponto de partida. É esse último estado de espírito que corresponde ao de um chamado. Ele implica resolução séria. A vida de estudo é austera e impõe pesadas obrigações.”<sup>xviii</sup>

Notemos que a avaliação da articulação dessas práticas no social é um elemento presente em todos esses autores, em outras palavras, nos casos então apresentados, só são chamados de intelectuais aqueles que representam certos

valores humanísticos ao público. Ponderemos, antes de avançar, que esse comprometimento com o social é característica do humanista em si, e, não, do intelectual, ao que concorda Corliss Lamont (1902-1955): “A velha frase de “tomar as coisas filosoficamente” passou a ter uma conotação de aquiescência e derrotismo que os humanistas não podem aceitar [tradução nossa].”<sup>xix</sup> Caracterizam-no, então, por essa dimensão ativa de seu engajamento social, pois o intelectual moderno é antes de tudo um grupo vinculado a uma espécie de humanismo – seja ele social, como no intelectual *dreyfusard* de Durkheim; antropocêntrico, como no intelectual secular de Said; ou cristão teocêntrico, como no intelectual católico de Sertillanges<sup>xx</sup>.

267

### 3. Sua transposição ao estudo da Idade Média

Um humanista intelectual, portanto. Mas seriam intelectuais somente aqueles vinculados a doutrinas humanistas, tal como queriam esses autores? Acredito que não (como adiante se verá), mas, supondo que sim, poderíamos definir o intelectual medieval sob esses termos? A resposta dependerá do que se entende por humanismo, e a quando se atribui o renascimento dessa forma de pensar o homem, pois o uso desse termo é acompanhado de uma discussão contenciosa entre os historiadores: o da incisão entre a Idade Média e Moderna. No seu sentido lato, o advento do humanismo no Ocidente europeu é usualmente associado ao Renascimento italiano do século XV<sup>xxi</sup>. Porém,

há um tempo, mesmo entre os historiadores clássicos que estudaram a modernidade (como Burckhardt, Sapori e J. Delumeau), tornou-se comum situar os começos da Renascença nos séculos XIII e, mesmo, no XII<sup>xxii</sup>, e recuar conjuntamente o renascimento do humanismo. Entender o intelectual medieval através dessa perspectiva regressiva se torna ainda mais interessante quando notamos a transposição desse modelo do humanista intelectual para a Idade Média.

Em um clássico da historiografia sobre o intelectual medieval, lemos que o eminente intelectual Pedro Abelardo foi o “grande campeão da dialética”, mas também um moralista e um humanista. Essa caracterização, expandida também aos monges da Escola de Chartres, foi feita pelo historiador Jacques Le Goff em seu *Os Intelectuais na Idade Média* (reed. 1985), pois, segundo ele, esses personagens desenvolveram em suas filosofias o fundamento do que entendemos hoje por humanismo (ainda que em sua vertente cristã). Tudo está lá: desde a união da cultura moderna e a da antiguidade clássica<sup>xxiii</sup>; a valorização da dignidade humana<sup>xxiv</sup>; o interesse pela perspectiva, anatomia e bases matemáticas<sup>xxv</sup>; a crença de que os seres humanos possuem a capacidade de resolver seus próprios problemas, confiando na razão e no método científico e, mais importante, o reposicionamento do homem no centro do universo criado por Deus<sup>xxvi</sup>.

Outro aspecto importante, mas pouco explorado por Le Goff para o século XII, é o

apreço que se tinha pela cultura literária em algumas áreas e contextos culturais. Na abadia de São Vítor, por exemplo, o mestre Hugo (†1141) outorgará um lugar secundário, mas significativo para a época<sup>xxvii</sup>, à ficção como “apêndices das ciências”: “Depois disso [de se estudar as sete artes liberais], sobrando um tempo, leiam-se também os outros escritos, pois às vezes as coisas sérias, quando misturadas com as jocosas, agradam mais, e a raridade torna precioso o bom. Às vezes gravamos com maior interesse uma frase, quando encontrada dentro do conto de uma fábula.”<sup>xxviii</sup> (III-4-143); enquanto que alguns dizem que João de Salisbury (1115/20-1180) “(...) é humanista mais no sentido que para nós se tornou familiar, feito de agradável cultura e de felicidade de expressão. Ainda que chartriano, é um literato.”<sup>xxix</sup>. Ora, se mesmo no período em que as Universidades estiveram submersas em seu “exílio das letras”<sup>xxx</sup>, encontramos homens conhecedores e apreciadores da literatura sacra e profana – como um Francisco de Assis (1182-1226), ou, mais tarde e em outro contexto, um Fernão de Lopes<sup>xxxi</sup> –, é razoável aceitarmos a hipótese de que o intelectual medieval possa ser visto sob esta ótica: a do humanista intelectual.

#### 4. Um modelo mais técnico

Mas essa é somente uma das formas de estudá-los. Nas definições de Antonio Gramsci, Thomas Sowell e Raymond Aron (1905-1983), o desempenho público do intelectual moderno em

sua relação a um conjunto de valores morais pouco interessa para que sejam chamados como tais. Constataremos que, nas definições a seguir, esse termo designa os membros de uma categoria (ou classe) social desprovida de qualquer carga qualitativa como fator determinante a seu pertencimento ao grupo – um mal (ou “mau”) intelectual continua sendo um intelectual, digamos assim.

Em *Cadernos do Cárcere* (1929-1935)<sup>xxxii</sup>, de Antonio Gramsci, encontramos uma das noções mais famosas do intelectual moderno<sup>xxxiii</sup>. O conceito, embora simples, se conecta com outras proposições do seu pensamento, como a discussão das ideias filosóficas e da ideologia dentro da cultura, mas, dado os nossos objetivos, estudaremos o significado do termo à parte, ou seja, sem preocuparmo-nos com o seu lugar no conjunto de ideias do pensamento de Gramsci. Sinteticamente, sua noção de intelectual reside em três proposições gerais: os intelectuais não são uma categoria social independente de classe<sup>xxxiv</sup>; todos os homens são intelectuais, embora nem todos o sejam por função social<sup>xxxv</sup>; os intelectuais no sentido funcional dividem-se em dois grupos: os intelectuais “tradicionais” e os “orgânicos”<sup>xxxvi</sup>.

Outra obra que também podemos enquadrar nesse grupo é *Os Intelectuais e a Sociedade* (2011[2009]), de Thomas Sowell, que entende os intelectuais como “categoria ocupacional”. Definem-se antes por operar fundamentalmente em função das ideias – podem ser acadêmicos, escritores e afins, desde que

trabalhem unicamente em função delas<sup>xxxvii</sup>. Todavia, é certo que a manipulação de ideias não é exclusiva dos intelectuais, assim como não lhes é o dever de lidar com pensamentos de alto nível qualitativo. O que os distingue de outros homens de saber é que, nessa categoria ocupacional, as ideias não passam pelo crivo de uma verificação empírica, basta que sejam plausíveis e admiráveis aos olhos dos próprios intelectuais<sup>xxxviii</sup>. Outro elemento que os caracteriza como tais é a especificidade e o uso do conhecimento dito “autêntico”, isto é, um tipo particular de conhecimento definido pelas elites educadas como um conhecimento superior<sup>xxxix</sup>.

Por último, em *O ópio dos intelectuais* (1955), de Raymond Aron, que podemos muito bem designá-lo como uma diatribe às ideologias revolucionárias, os intelectuais de esquerda, notadamente marxistas<sup>xl</sup>, são representados como idólatras políticos e majoritariamente autoritários, mas nem por isso deixam de ser designados por ele como tais. 269

### Considerações finais

Se alinharmos a forma como percebemos o intelectual medieval com o que apreendemos dos modelos teóricos desenvolvidos no segundo grupo (i.e., uma categoria em que a definição do intelectual independe dos valores articulados por ele e de outras categorias restritivas), é sensato pensar que nos aproximariamos ainda mais do que podemos chamar de um intelectual medieval. Ora, basta perguntarmo-nos: ao se

estudar o intelectual do século XII, qual o ganho significativo ao se restringir o termo àqueles vinculados ao impulso escolar urbano, nos moldes d' *Os Intelectuais*, de Jacques Le Goff? Teríamos como corolário a esta decisão o ignorar de todas as outras formas potenciais de manifestação do intelectual desse período. Não seria mais relevante considerarmos o pensamento de um Bernardo de Claraval (1090-1153) como algo dialético (portanto interior) a esse nascimento do intelectual, sendo ele também um tipo seu? A pluralidade me parece o ponto-chave aqui, afinal, os próprios homens da Idade Média atestam a sua:

Mestre e professor eram termos análogos quanto ao significado da realidade designada: tratava-se de pessoas que, depois de terem estudado, ensinavam (...) <<Erudito>> e <<douto>> são termos mais neutros e designam aqueles que estudaram e acumularam conhecimentos nos livros. O termo <<filósofo>> é, até certo ponto, menos significativo: uma leve suspeita de laicização relativamente a quem estuda, predominantemente a *pagina sacra*, torna mais rara a sua utilização. Filósofos continuam a ser, sobretudo, os antigos, ainda que algumas personalidades de grandes conhecimentos reclamem a designação para si próprios: Abelardo se declarava o <<filósofo do mundo>> e, depois, <<filósofo de Deus>>, Sigieri e os seus companheiros <<averroístas>>, que se declaram filósofos com intenções bem precisas. Alguns destes eruditos sentem-se *virii scientifici* (Bradwardine, no século XIV); há muitos que se declaram *speculativi*, ou seja, dedicados à actividade humana mais elevada, segundo a visão platônica; todos se sentem *letrados* e assim são chamados.<sup>xli</sup>

Devemos insistir na multiplicidade, mas sem esquecermos a necessidade de um consenso. Já sabemos que as definições de intelectual

podem ser separadas em dois grandes grupos, mas, além disso, essas suas representações possuem outras características em comum? De fato, sim. Unanimemente, todos os autores supracitados concordam que os intelectuais possuem certa responsabilidade com o social (seja isso uma coisa boa ou ruim), e que, em sua atividade profissional, a inteligência é o seu meio e fim, restringindo os instrumentos do seu ofício ao âmbito das ideias – em oposição ao trabalho manual.

O intelectual também está estritamente associado à busca e, em alguns casos, à promoção do conhecimento – ainda que o tipo de saber e sua respectiva função possam divergir de um autor a outro. Sobre essa primeira observação, a associação do intelectual à “estudiosidade” é um fato banal demais para que valha a pena insistir, e, quanto ao tipo e a função do conhecimento dominado pelo intelectual, é difícil encontrar consenso entre os autores: se, por um lado, há quem diga que os cientistas sociais são os que “mais exibem atitudes, as crenças e os comportamentos associados aos intelectuais”<sup>xliii</sup>; por outro, há quem reivindique o título, por sua real e maior importância de sê-lo, aos cientistas “técnicos”<sup>xliii</sup>.

Observados esses pontos, esgotamos as possibilidades de intercessão entre os dois grupos. Outra forma de correlacioná-los passa pela ponderação de como ambos os sistemas contribuem conjuntamente para se pensar o intelectual, observando como se anulam ou complementam em um contato simultâneo com o



mesmo objeto – análogo a uma reação química em que se observa o encontro de uma ou mais substâncias reagentes. Se o concebermos nessas duas matrizes desse mesmo conceito (i.e., nesses dois campos de significação distintos que convergem em uma única palavra), constataremos a consistência e a validade de cada um dos modelos a partir da forma com que se comportam diante do mesmo objeto.

Observando-os assim, lado a lado, penso que designá-lo através do modelo de “intelectual-bastião” é uma maneira limitada de enxergar esse grupo social: basicamente, esses autores dizem que “só é intelectual aquele que se comporta de uma maneira semelhante a que dito como autêntica”. Se adotarmos o modelo de intelectual de Said, por exemplo, do intelectual defensor dos fracos e oprimidos, como designaremos então os círculos de intelectuais formados em torno de Hitler, Lênin e Mao Tsé-Tung? De intelectuais que traíram a sua vocação? Eu acredito que circunscrever o comportamento do intelectual a um conjunto de valores não seja a melhor opção. O intelectual, independentemente de ser mais ou menos intelectualmente capacitado de articular ideias progressistas ou conservadoras, de ser mais ou menos engajado a certas causas, não deixa de sê-lo – e nisso estou de acordo com os autores do segundo grupo. Todavia, a construção do modelo “intelectual-bastião” não é de todo inútil. É certo que os intelectuais se caracterizam desde o seu nascimento por sua intervenção no tecido social, articulando ideias em defesa de algo com maior

ou menor intensidade, portanto, contanto que não se limite o objeto a ser defendido, essa classificação está longe de ser descabida.

Assim, pelos caminhos lógicos da minha argumentação, defendo que o intelectual moderno e, por conseguinte, o medieval, deva ser caracterizado exclusivamente por:

(1) exercer alguma influência na organização social através da crítica e difusão de ideias registradas em palavra escrita;

(2) possuir unicamente a inteligência como meio e fim de sua atividade intelectual – operando, portanto, exclusivamente em função das ideias;

(3) não se limitar a categorias socioprofissionais ou por certo conjunto de valores prescritos por alguém (podendo ser um intelectual humanista ou não), desde que cumpra a contento os itens anteriores.

Somente ao seguir estritamente tais preceitos é que realizaremos uma transposição plena do significado de intelectual, da Idade Moderna à Média, sem comprometê-la com uma agenda de valores possivelmente anacrônica do contexto de surgimento dessa noção.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, César. **Dicionário Universal das Ideias**. São Paulo: Editora Meca, 1976.

BROCCHIERI, Mariateresa Fumagalli. “Os intelectuais”. In: LE GOFF, Jacques et al. **O**

**homem medieval.** Lisboa: Editorial Presença, 1989.

BRUNETIÈRE, Fernand. “Após o Processo”. In: DURKHEIM, Émile. **O Individualismo e os Intelectuais.** São Paulo: Edusp, 2017.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota.** Rio de Janeiro: Record, 2016.

CORVISIER, André. **História Moderna.** São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1976.

DE SÃO VÍTOR, Hugo. **Didascalicon: da arte de ler.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

DURKHEIM, Émile. **O Individualismo e os Intelectuais.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FULLER, Steve. **O intelectual: o poder positivo do pensamento negativo.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **The Prison notebooks: selections.** London: Elec Book, 1999.

LACALLE, J. M. “Das artes liberais às humanidades digitais: a leitura antes e depois do Didascalicon de Hugo de San Víctor”. **Revista Signum**, vol. 15, n. 2, p. 53-70, 2014.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude (Org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Bauru, SP: Edusc, vol.1, 2006.

LAMONT, Florence Corliss. **The Philosophy of Humanism.** New York: Humanist Press, 1997.

LUPI, João. **Humanismo medieval: caminhos e descaminhos.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

NETTO, J. Teixeira Coelho. **O intelectual brasileiro: dogmatismos & outras confusões.** São Paulo: Global Editora, 1978.

RUSSEL, Bertrand. “The Role of the Intellectual in the Modern World”. In: **The American Journal of Sociology**, Vol. 44, p. 491-498, 1939.

SAID, Edward. **Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SERTILLANGES, A. -D. **A vida intelectual: seu espírito, suas condições, seus métodos.** São Paulo: Realizações, 2010.

SILLS, David L. (Org.) **International Encyclopedia of the Social Sciences.** New York: Macmillan, Vol. IV, 1939, p. 517.

SOWELL, Thomas. **Os Intelectuais e a Sociedade.** São Paulo: Realizações, 2011.

TEIXEIRA, Igor Salomão, “O Intelectual na Idade Média: divergências historiográficas e proposta de análise”. In: **Revista Diálogos Mediterrânicos**, v. 7, p. 155-173, 2014.

VERGUER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média.** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

WEISS, Raquel. “Durkheim, um “Intelectual” em Defesa do ‘Ideal Humano’”. In: DURKHEIM, Émile **O Individualismo e os Intelectuais.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

## NOTAS

<sup>i</sup> Atualmente curso o mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), em que desenvolvo o meu estudo de título “Hugo de São Vítor: um intelectual”, financiado pela CAPES e orientado pelo Prof. Dr. Síval Carlos Mello Gonçalves. E-mail: jpsneto.3@gmail.com.

ii Ver a revisão bibliográfica TEIXEIRA, Igor Salomão. “O Intelectual na Idade Média: divergências historiográficas e proposta de análise”. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, v. 7, p. 155-173, 2014.

iii Temos exemplo disso em VERGUER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média**. Tradução Carlota Boto. – Bauru, SP: EDUSC, 1999.

iv Sobre a inaplicabilidade da palavra *intellectualis* para designar um grupo social na Idade Média ver BROCCHERI, Mariateresa. “Os intelectuais”. In: Le Goff, Jacques et al. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. Segundo nos conta, chamar alguém de intelectual nesse período não teria sentido, e, mesmo se essa palavra fosse empregada como adjetivo (no caso, do lat. tard. *intellectuale*), o resultado seria o mesmo: usavam-na como qualificativo de diversas palavras, como a “substância intelectual”, o “conhecimento intelectual” etc., mas não para definir um grupo de homens com certas características (p. ex. o “homem intelectual”).

v Ibidem, p. 125.

vi WEISS, Raquel. “Durkheim, um “Intelectual” em Defesa do ‘Ideal Humano’”, pp.99. In: Émile Durkheim. **O Individualismo e os Intelectuais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

vii Os *antidreyfusards* não eram “intelectuais”, no sentido estrito aqui visto, e nem consideravam-se como tais. Fernand Brunetière (1849-1906), por exemplo, um de seus notáveis representantes, não se reconhecia como um intelectual, e já deixava isso claro nas primeiras páginas de seu *Após o Processo* (1898) ao dizer: “E como é que tantos intelectuais, tal como se autodenominam, encontram-se do lado errado ao longo de todo o caso?” BRUNETIÈRE, Fernand. “Após o Processo”. In: Émile Durkheim. **O Individualismo e os Intelectuais**, 2017.

viii FULLER, Steve. **O intelectual: o poder positivo do pensamento negativo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

ix NETTO, J. Teixeira Coelho. **O intelectual brasileiro: dogmatismos & outras confusões**. Global Editora: São Paulo, 1978.

x CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

xi Boa parte desse ensaio consiste em desmentir uma acusação de individualismo feita contra os intelectuais, motivada sobretudo por exigências morais. A argumentação central é que o individualismo dos intelectuais não se confunde com aquele que prefere o indivíduo ao grupo – os chamados “utilitarismos estreitos”, como o de Herbert Spencer (1820-1903) e o de Gustave de Molinari (1819-1912), o que reforça o nosso argumento de que o intelectual, nesta definição, está associado a um tipo específico de valores morais (ver a parte I d’*O Individualismo e os Intelectuais*, pp. 41-46).

xii Ibidem, p.53.

xiii A questão do merecimento consiste no fato de que o intelectual, em seu sentido mais amplo, tem duas escolhas básicas: representar a verdade de forma ativa e da melhor maneira possível, ou então se permitir ser dirigido por uma autoridade ou um poder (secular ou religioso). Todavia, entre essas duas possibilidades, só uma delas corresponde ao exercício da atividade intelectual prescrita pelo autor, que define o intelectual propriamente dito. Por essa ideia permear o livro como um todo, não indicarei nenhuma página em específico para sustentar essa afirmação, todavia, recomendo a leitura do capítulo “Falar a verdade ao poder”. In: SAID, Edward. **Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

xiv Ibid., p. 10.

xv Ibid., p.53.

xvi Ibid., p.96.

xvii Não obstante essa postura de rígida disciplina do corpo e do espírito (individual por natureza), *O intelectual não é um isolado*, ou melhor, não há como sê-lo sendo também um católico. Os cristãos são “membros” do corpo espiritual de Jesus Cristo, o qual reina por seu desdobramento; portanto, em razão das necessidades para a realização de Sua obra, seus “membros” não podem isolar-se do resto da humanidade: “Jesus Cristo precisa de nosso espírito para sua obra como ele precisava, sobre a terra, de seu próprio espírito humano”, SERTILLANGES, A. –D. **A vida intelectual: seu espírito, suas condições, seus métodos**. São Paulo: Realizações, 2001, p. 28.

xviii Ibidem, p.21.

xix LAMONT, Florence Corliss. **The Philosophy of Humanism**. New York: Humanist Press, 1997, p. 8-9.

xx De acordo com César Arruda, há diversas concepções de humanismo. Baseando-me nas definições apresentadas por ele, identifiquei nos autores estudados as seguintes variações dessa ideia: “Conforme o campo a que se aplica, temos os seguintes conceitos particulares de humanismo: *humanismo antropocêntrico* que, confundindo-se com o naturalismo, baseia-se no desprezo dos valores sobrenaturais, principalmente do cristianismo; *humanismo cristão teocêntrico*, ou *integral* que, segundo Maritain, deve basear-se na idéia [sic] de um Deus uno, triplo e criador, buscando a perfeição humana na verdade, na bondade implícita na moral individual e na beleza que é alcançada pela arte e pela técnica; (...) *humanismo social* que acentua o direito da pessoa a ser tratada como um fim em si mesma e não como um meio; (...)”. ARRUDA, César. “Humanismo” In: ARRUDA, César. **Dicionário Universal das Ideias**. São Paulo: Editora Meca, 1976, p. 218-219.

xxi Segundo Richard Lee: “O termo descritivo *humanista*, contudo, ganhou ampla circulação a partir do fim do século XV, e o advento do humanismo no Ocidente é

comumente associado com o renascimento clássico do que veio a ser conhecido desde o século XIX, agora frequentemente contestado, como Renascimento italiano [tradução nossa, grifado no original].” LEE, Richard. “Humanism”. In: SILLS, David L. (Org.) **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan, Vol. IV, 1939, p. 517.

<sup>xxii</sup> CORVISIER, André. **História Moderna**. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 50.

<sup>xxiii</sup> Este argumento apoia-se nos “ensinamentos básicos” do primeiro grande nome no domínio da filosofia da Escola de Chartres, Bernardo de Chartres (†1224-1130). Em certa parte da seção *Modernidade do século XII*, Le Goff (1985) transcreve a famosa frase desse mestre “somos anões carregados nos ombros de gigantes”: “Quanto mais disciplinas se venha a conhecer, mais profundamente impregnado delas se vai ficar, mais plenamente se poderá aproveitar a exatidão dos autores (antigos) e mais claramente será possível ensinar. Esses autores, graças à diácrise\*, que podemos traduzir por ilustração, ou coloração, a partir da matéria bruta de uma história, de um tema, de uma fábula, com a ajuda de todas essas disciplinas e de uma grande arte da síntese e do modo de temperar, faziam uma grande arte da síntese e do modo de temperar, faziam da obra acabada uma imagem de todas as artes. (...) Esmiúce Virgílio ou Lucano e, qualquer que seja a filosofia que você professe, achará modo de acomodá-la aí.” LE GOFF, **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p. 34-35. Na mesma esteira que esse historiador, Étienne Gilson, em a *Filosofia na Idade Média*, comenta que Bernardo de Chartres “(...) representa excelentemente o ensinamento das humanidades clássicas segundo a tradição de Quintiliano.” GILSON, Etienne. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 316-317.

<sup>xxiv</sup> Um exemplo disso se encontra na seção *O Humanista* (p. 73-74), em que Le Goff, op. cit., p. 74, comenta o *Diálogo entre um filósofo (pagão), um judeu e um cristão*, de Pedro Abelardo: “Seu objetivo era reencontrar leis naturais que, para além das religiões, permitissem reconhecer em todo homem o filho de Deus. Seu humanismo completava-se como tolerância e, diante daqueles que decidiam, buscava aquilo que une os homens, lembrando-se de que há muitas moradas na casa do Pai.”

<sup>xxv</sup> Ainda que estes estejam cristalizados no imaginário da maioria como mérito dos renascentistas italianos do século XVI – talvez, em parte, pela presença comum do icônico *Homem Vitruviano*, de Da Vinci, em livros didáticos, na literatura e no cinema –, Le Goff diz que “(...) o humanismo dos intelectuais do século XII não esperou o outro Renascimento para adotar essa dimensão em que o gosto estético das formas alia-se ao amor pelas proporções verdadeiras.”, *ibid.*, p.82-83.

<sup>xxvi</sup> A base do racionalismo chartriano é a “crença na onipotência da Natureza”. Onipotente, mas organizada racionalmente. Concebendo-a assim surge a necessidade

de uma ciência racional do universo, isto é, a possibilidade de racionalizar o mundo através da dessacralização da natureza engendra o desenvolvimento do espírito racional em Chartres: “Desse modo, como se disse, levantava-se contra os partidários de uma interpretação simbólica do universo, a reivindicação da existência de uma ordem de causas segundas autônomas sob a ação da Providência. Sem dúvida o século XII ainda é cheio de símbolos, mas seus intelectuais já fazem a balança se inclinar para o lado da ciência racional”, *ibid.* p. 78.

<sup>xxvii</sup> Juan Manuel Lacalle chegou mesmo a chamar este ato de “revolucionário”. Ver LACALLE, J. M. “Das artes liberais às humanidades digitais: a leitura antes e depois do Didascalicon de Hugo de San Víctor”. **Revista Signum**, 2014, p. 60.

<sup>xxviii</sup> DE SÃO VÍTOR, Hugo. **Didascalicon: da arte de ler**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

<sup>xxix</sup> LE GOFF, op. cit, p.86. Para mais informações sobre a *eloquentia* de Cícero e Quintiliano nos *Polycraticus* e *Metalogicon* de João de Salisbury – este que representa o “desabrochar do longo esforço do humanismo chartrense” para Étienne Gilson –, recomendo a leitura das páginas 334-338 de GILSON, Etienne, op. cit.

<sup>xxx</sup> Esta expressão foi usada por Francisco Alessio para descrever a cultura literária da escolástica no verbete *Escolástica*, escrito para o **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, 2006: “Não tendo contato senão consigo mesma, essa microlíngua fossilizada num formalismo exangue é tomada pela abstração hermética. Não há sequer vestígios de busca de estilo literário nas páginas de um escolástico. O cânone de seus textos conduz diretamente ao ‘exílio das letras’, excluindo os textos literários que eram familiares aos mestres da Renascença do século XII.”, p.368.

<sup>xxxi</sup> Ver, respectivamente, “Humanismo Medieval – A Poesia Franciscana Religiosa e Laica: São Francisco de Assis e Iacopone da Todi”, de Vilma de Katinszky B. de Souza, e “O Humanismo de Fernão de Lopes na Crônica de D. Pedro I, de Rossana Alves Baptista Pinheiro e Néri de Barros Almeida”, ambos reunidos no volume LUPI, João. **Humansnimo medieval: caminhos e descaminhos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

<sup>xxxii</sup> O ensaio *The Intellectuals* que foi estudado para produzir esta breve análise é uma tradução norte-americana dos escritos originais conforme constam em *Gli intellettuali*, da Editora Einaudi. Este e outros escritos de Gramsci foram reunidos por Quentin Hoare e Geoffrey Nowell Smith em **The Prison notebooks: selections**, 1999.

<sup>xxxiii</sup> Assim o digo, pois, entre os autores estudados, a frequência com que os estudiosos comentam essa definição é significativa em relação às demais que vos trago. Já nas primeiras páginas de **Representações do Intelectual**, por exemplo, E. Said apresenta o papel que Gramsci atribuiu ao intelectual, discussão também

encontrada em **O Intelectual Brasileiro: Dogmatismos & outras Confusões** (1978), de J. Teixeira Coelho Neto, e outros mais.

<sup>xxxiv</sup> A sua tese é que o intelectual nasce em associação a uma classe social, dando a ela hegemonia e consciência social, política e econômica, ou seja, ele é uma das forças motrizes que move a história das lutas de classes (GRAMSCI, **The Prison notebooks: selections**, p.134-135). Dessa forma, os intelectuais ocupam diversos papéis na luta de classes, e em nenhum deles eles estão isentos de prestar sua contribuição a esse complexo conflito - embora possam estar mais ou menos politicamente comprometidos com ele, dependendo do contexto social e histórico.

<sup>xxxv</sup> Todos os homens são intelectuais, uma vez que não há função social destituída de inteligência: “Isto significa que, apesar de que podemos falar de intelectuais, não se pode falar de não-intelectuais, porque o não-intelectual inexistente (...) Não há atividade humana em que toda forma de participação intelectual possa ser excluída: [nesse sentido] *homo faber* não pode ser separado de *homo sapiens*.” (ibidem, p.140).

<sup>xxxvi</sup> Todo estrato de intelectuais surge das fileiras de uma classe particular e lá permanece exercendo sua função social; nestas condições, são chamados de intelectuais orgânicos. Todavia, se por um conjunto de circunstâncias históricas as determinações forem outras e se um grupo de intelectuais passasse então a comportar-se de maneira relativamente autônoma aos interesses da classe a que eles organicamente pertencem, e até mesmo em relação aos interesses das elites, eles recebem o nome de intelectuais tradicionais – um grupo que, por sua capacidade de legitimar suas qualificações de maneira historicamente contínua e ininterrupta, põe-se à frente como um círculo de pessoas autônomas e independentes de qualquer classe social. Isto não significa uma contradição à primeira proposição, pois devemos entender esta suposta independência como resultado de uma autoavaliação enganosa, que esconde ligações históricas de formações de classe. (ibidem, p. 138-139).

<sup>xxxvii</sup> Em outras palavras, independente da capacidade mental do indivíduo, se o produto final do seu trabalho ultrapassar o plano das ideias, não se trata de um intelectual: Jonas Salk (1914-1995) e Bill Gates (1955), por exemplo, não foram intelectuais, da mesma forma que “A maioria de nós não atribui o papel de intelectuais a neurocirurgiões e engenheiros, apesar do exigente treino mental que são obrigados a trilhar. Na prática, ninguém considera intelectual mesmo o mais brilhante e bem-sucedido gênio das finanças.” (SOWELL, Thomas. **Os Intelectuais e a Sociedade**. São Paulo: É Realizações, p.17, 2011).

<sup>xxxviii</sup> Ver as seções *Verificação Empírica*, pp. 21-25, e *Prestação de Contas*, pp. 25-28.

<sup>xxxix</sup> Essa concepção de conhecimento desconsidera as experiências adquiridas por outras pessoas para favorecer

as suposições que prevalecem entre os próprios intelectuais (Idem, p. 43).

<sup>xi</sup> O plural aqui, claro, é uma concordância em número com o sujeito, mas também deve ser entendido como um indicativo da pluralidade de marxismos analisados no livro: o stalinismo, o trotskismo, a filosofia metafísica idealista de Jean Jaurès etc.

<sup>xii</sup> BROCCHERI, Mariateresa Fumagalli. “Os intelectuais”, p. 125-126. In: Le Goff, Jacques et al. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

<sup>xiii</sup> SOWEEL, Thomas. op. cit., p. 23.

<sup>xiiii</sup> Para o filósofo e matemático Bertrand Russel (1872-1970): “O intelectual ainda tem grande influência onde os problemas passionais não estão envolvidos, embora mais o cientista técnico que o social. Os técnicos são as pessoas que contam no mundo. É um pensamento doloroso, porque que isso não é tudo. Mas acho que devemos encarar os fatos (...) O técnico, em todo canto, é de fato o grande homem no mundo moderno [tradução nossa]. RUSSEL, Bertrand. “The Role of the Intellectual in the Modern World”, p. 494-495. In: **The American Journal of Sociology**, Vol. 44, 193, p. 491-498.

275

Recebido em: 19/07/2019.

Aprovado em: 17/09/2020.

Publicado em: 31/01/2020.